



PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS EM FOZ DO IGUAÇU, BRASIL, 2019-2023

SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF VICTIMS OF SEXUAL VIOLENCE TREATED IN FOZ DO IGUAÇU, BRAZIL, 2019-2023

Yasmin Danielly Pichonkoski de Oliveira^{1*}, Andrea Ferreira Ouchi França², Helder Ferreira², Rosane Meire Munhak da Silva², Raul Messias Lessa³, Luis Henrique Soares⁴

¹Acadêmica do 5º ano do curso de Enfermagem - licenciatura e bacharelado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR; ²Enfermeira(o) docente no Curso de Enfermagem na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Foz do Iguaçu - PR; ³Perito criminal da polícia científica de Foz do Iguaçu - PR; ⁴Técnico de perícia da polícia científica de Foz do Iguaçu - PR.

***Autor correspondente:**
Yasmin Danielly Pichonkoski de Oliveira – **Email:**
yasminop.2802@gmail.com

Recebido: 26 fev. 2025

Aceito: 29 mar. 2025

Editores-chefes: Dr. Leonardo Pestillo de Oliveira e Dr. Mateus Dias Antunes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



RESUMO: O objetivo foi analisar o perfil sociodemográfico das vítimas de violência sexual no município de Foz do Iguaçu e correlacionar com as características dos casos de violência. Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo, quantitativo, com base no banco de dados da Unidade de Execução Técnico-Científica da Polícia Científica do Paraná, sobre os casos de violência sexual entre janeiro/2019 e dezembro/2023. Foram registrados 456 casos de estupro, 289 suspeitos, um de assédio sexual e um de exploração sexual. Foi predominante o estupro de vulnerável (0 a 14 anos), entre meninas (91,3%), brancas (36,1%), sem deficiência (29,2%), na própria residência (38%), cometidos por conhecidos do sexo masculino (36,7%) e sem penetração vaginal (46,7%). Uso de drogas foi constatado em 21,5% dos casos, cujas vítimas tinham entre 18 e 59 anos. Conclui-se que a alta ocorrência de violência sexual expõe a complexidade do crime e reforça a relevância de políticas públicas mais abrangentes, sobretudo em regiões de fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Delitos Sexuais. Perfil de Saúde. Saúde na Fronteira. Violência.

ABSTRACT: The objective was to analyze the sociodemographic profile of victims of sexual violence in the municipality of Foz do Iguaçu and to correlate it with the characteristics of the cases. This is an observational, retrospective, quantitative study based on data from the Technical-Scientific Execution Unit of the Paraná Scientific Police, including cases of sexual violence recorded between January 2019 and December 2023. A total of 456 cases of rape, 289 suspected cases, one case of sexual harassment, and one case of sexual exploitation were registered. Rape of vulnerable individuals (aged 0 to 14 years) was predominant, mainly affecting girls (91.3%), individuals of white skin color (36.1%), without disabilities (29.2%), occurring in the victims' own homes (38%), perpetrated by known male offenders (36.7%), and mostly without vaginal penetration (46.7%). Drug use was identified in 21.5% of the cases, whose victims were aged between 18 and 59 years. It is concluded that the high occurrence of sexual violence reveals the complexity of this crime and reinforces the importance of more comprehensive public policies, especially in border regions.

KEYWORDS: Sex Crime. Health Profile. Frontier Health. Violence.

INTRODUÇÃO

A violência está presente no cotidiano da sociedade há muitos anos, mais precisamente, desde as primeiras interações interpessoais, onde muitos a justificam por causa dos ideais, posições, imposição ou demonstração de hostilidade.¹ A violência não é um fenômeno restrito ao setor da saúde, mas por considerar os danos causados na qualidade de vida das vítimas e a necessidade de atenção pelos serviços médicos e hospitalares, a violência acaba impactando na saúde diretamente.²

Ao classificar a violência, é possível dividi-la em quatro naturezas principais: física, sexual, psicológica e/ou negligência.² A violência sexual, em particular, manifesta-se de diferentes formas, sendo caracterizada como: assédio sexual, estupro, estupro de vulnerável e exploração sexual. De acordo com o a Lei nº 12.015/2009 do Código Penal Brasileiro, o estupro é caracterizado como o ato de constranger alguém por meio de violência ou ameaça, a participar de atos sexuais contra a sua vontade ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.³ A implementação dessa lei representou um avanço importante ao incluir o sexo anal, oral, palpação e penetração com os dedos ou objetos como estupro, antes considerados apenas como atos libidinosos.³

O estupro de vulnerável, por sua vez, foi um delito criado pela Lei nº 12.015/2009, um tipo penal definido como a conjunção carnal ou a prática de um ato libidinoso com menores de 14 anos ou alguém que por deficiência mental ou enfermidade, não tenha discernimento dos atos que estão sendo praticados contra ela.³

No que se refere à exploração sexual, trata-se de um crime previsto tanto no Código Penal Brasileiro, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), caracterizado pela troca de favores sexuais por dinheiro, comida, presentes, brinquedos, entre outros objetos.⁴ Já o assédio sexual ocorre quando se tem um constrangimento ou insistência de um indivíduo hierarquicamente superior.³

Ressalta-se que a violência sexual não possui um padrão específico, pois afeta mais de um público. Alguns critérios como a classe social, o gênero, a raça/cor, a idade, o estado civil e a classe, podem ser considerados alguns fatores que explicam tal fenômeno.¹

Os dados disponibilizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mostraram que mais de 370 milhões de meninas e mulheres sofreram estupro ou abuso sexual no mundo antes dos 18 anos de idade, sendo que, a maior incidência ocorreu durante a adolescência, entre 14 e 17 anos. Ainda, os dados mostraram que os meninos e homens também sofreram violência sexual, com uma estimativa de 240 e 310 milhões de casos.⁵ Em relação ao Brasil, os números em 2023 chegaram a 83.988 casos, dos quais, 88,2% foram vítimas do sexo feminino e 11,8% do sexo masculino.⁶

A violência sexual em regiões de fronteira apresenta características peculiares devido às dinâmicas específicas dessas áreas. As fronteiras não são apenas limites geográficos, elas representam espaços de encontro entre as diferentes culturas, ideologias e economias, sendo marcadas pela diversidade étnica, racial e cultural. Por suas particularidades, as fronteiras tornam-se locais de intensificação de contradições e violências.⁷

É nesse contexto de vulnerabilidade e carência de políticas eficazes que surgem as questões relevantes sobre o impacto da violência sexual nesses territórios. Ainda, se tem a subnotificação de casos de exploração sexual nas zonas de fronteira, seja pelo cruzamento diário de indivíduos entre as fronteiras ou pela falta de denúncia.⁸

Com base no exposto, apresenta-se a questão da pesquisa: Quem são as principais vítimas e quais os tipos de violência sexual atendidos em um município de fronteira? O objetivo deste estudo foi analisar o perfil sociodemográfico das vítimas de violência sexual no município de Foz do Iguaçu (PR) e correlacionar com as características dos casos de violência.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa observacional, retrospectiva, de abordagem quantitativa, realizada em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, Brasil. Município de tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina).

Os dados incluídos na pesquisa foram os registros do banco de dados da Unidade de Execução Técnico-Científica (UETC) e no Sistema Gestor de Documentos e Laudos (GDL) da Polícia Científica do Paraná, referentes aos casos de violência sexual.

Os critérios de inclusão foram os registros de todas as vítimas atendidas pela UETC no período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023, que sofreram violência sexual. Foram excluídos os registros de vítimas sem informações de residência, totalizando 88 casos.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro a novembro de 2024, pela primeira autora, acadêmica de Enfermagem, treinada pela pesquisadora responsável. Foi utilizado um instrumento estruturado, elaborado pelos pesquisadores, contendo variáveis sobre: a) perfil sociodemográfico das vítimas (idade, sexo, raça/cor, escolaridade, renda, deficiência, gestação, situação conjugal e residência); b) perfil da violência (tipo, local, práticas sexuais, ocorrência intra ou extrafamiliar e outras agressões); c) características do agressor (sexo, vínculo com a vítima, uso de drogas, número de agressores e desfecho).

Os dados coletados foram digitados em uma planilha do *Microsoft Office Excel®*, sendo realizado pelos pesquisadores a verificação de inconsistências. A partir da análise e da interpretação dos dados, foram organizadas as tabelas com a finalidade de compreender as informações levantadas, ou seja, para verificar a existência de diferenças entre as categorias das variáveis estudadas. Os resultados foram analisados por meio de teste Qui-quadrado e teste G, adotando-se o nível de significância $\alpha = 0,05$, utilizando o programa BioEstat 5.0.

Na estruturação das tabelas, os autores consideraram a faixa etária dos 14 anos como estupro de vulnerável (vítimas de exatos 14 anos de idade na data do fato), justificada pela existência de uma lacuna plausível de correção no art. 213 no Código Penal.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 7.107.101) e pela UETC, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

No período em estudo foram registrados 456 casos de estupro, dos quais 332 (72,8%) se referiram ao estupro de vulnerável, que incluíam vítimas de zero a 14 anos de idade ou que possuísem algum tipo de deficiência ou enfermidade, 57 (12,5%) na faixa etária de 15 a 17 anos, 65 (14,3%) de 18 a 59 anos e dois (0,4%) acima de 60 anos.

Sobre os fatores sociodemográficos por faixa etária, na tabela 1, observou-se que as vítimas em sua maioria, foram do sexo feminino em todas as faixas etárias, 303 (91,3%) entre zero e 14 anos, 51 (89,5%) de 15 a 17 anos, 58 (89,2%) na faixa de 18 a 59 anos e dois (100%) acima de 60 anos.

Em relação à vítima possuir ou não alguma deficiência ou ser gestante, para a maioria dos registros esta informação não constava no banco de dados. No entanto, para os casos em que havia o registro desta variável, observou-se uma diferença estatística significativa entre as faixas etárias, com maior incidência entre 18 e 59 anos ($p=0,0034$). Isso sugere que a deficiência foi frequentemente registrada entre as vítimas adultas, o que pode indicar uma característica relevante no perfil das vítimas, diferenciando-as das crianças e dos adolescentes.

Sobre gestação, foi observado um (0,3%) caso de gestação na faixa etária de zero a 14 anos de idade e um (1,5%) de 18 a 59 anos de idade.

Em relação à raça/cor das vítimas, observou-se que o público mais atingido foi a população branca, dos quais, 120 (36,1%) casos na faixa etária de zero a 14 anos de idade, seguido de 20 (35,1%) entre 15 e 17 anos e 22 (33,8%) entre 18 e 59 anos.

Quanto à situação conjugal, foi constatado a incompletude dessa informação nos registros no banco de dados. No entanto, entre os registros com esta informação, a maioria das vítimas eram solteiras, 30 (9%) na faixa etária entre zero e 14 anos de idade.

Tabela 1. Distribuição das características sociodemográficas de vítimas de estupro, atendidas na UETC, por faixa etária, no período de 2019 a 2023. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. 2024.

Características	Vulnerável 0 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Valor-p*
	n(%)	n(%)	n(%)	n(%)	
Sexo					
Feminino	303(91,3)	51(89,5)	58(89,2)	2(100,0)	0,8960
Masculino	29(8,7)	6(10,5)	7(10,8)	0(0)	
Deficiência					
Sim	2 (0,6)	4(7,0)	6(9,2)	0(0)	0,0034
Não	97(29,2)	16(28,1)	20(30,8)	0(0)	
Não informado	233(70,2)	37(64,9)	39(60,0)	2(100,0)	
Gestante					
Sim	1(0,3)	0(0)	1(1,5)	0(0)	0,3025
Não	88(26,5)	10(17,5)	11(16,9)	0(0)	
Não informado	243(73,2)	47(82,5)	53(81,5)	2(100,0)	
Raça/cor					
Branca	120(36,1)	20(35,1)	22(33,8)	2(100,0)	0,3233
Parda	15(4,5)	6(10,5)	5(7,7)	0(0)	
Preta	2(0,6)	1(1,8)	2(3,1)	0(0)	
Não informado	195(58,7)	30(52,6)	36(55,4)	0(0)	
Situação conjugal					
Solteira(o)	30(9,0)	3(5,3)	6(9,2)	0(0)	**
Casada(o)	0(0)	0(0)	2(3,1)	1(50,0)	
Divorciada(o)	0(0)	0(0)	1(1,5)	0(0)	
Viúva(o)	0(0)	0(0)	1(1,5)	0(0)	
Não informado	302(91,0)	54(94,7)	55(84,6)	1(50,0)	

* Teste qui-quadrado ou teste G. ** Não foi possível realizar os testes devido à natureza dos dados. Fonte: Banco de dados da UETC.

Em relação à descrição da violência sofrida por faixa etária, a tabela 2 destacou que as práticas sexuais na faixa etária entre zero e 14 anos de idade mais prevalente foram casos que não houve penetração vaginal (n=155, 46,7%). É importante ressaltar que a soma dos casos não representa o número total de vítimas, pois, uma mesma pessoa sofreu mais de uma forma de abuso. Na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, foi a penetração vaginal, 26 (45,6%), seguido pelo não uso de preservativo, com 16 (28,1%) casos. Na faixa etária entre 18 e 59 anos de idade, a prática sexual com maior número de casos foi a penetração vaginal, 41 (63,1%). Quanto às vítimas de 60 anos ou mais, houve um (50%) caso que envolveu penetração vaginal e um (50%) que não houve práticas sexuais envolvidas.

O uso da força corporal foi observado de forma igualitária entre as faixas etárias, enquanto a ameaça foi mais expressiva na faixa etária entre 15 e 17 anos (12,3%). O número de ocorrências com o relato que não houve outras agressões foi significativo na faixa etária de vulneráveis (p=0,0001).

Sobre o local de ocorrência da violência, observou-se que para a faixa etária de vulneráveis, 38% dos casos ocorreram na residência. A ocorrência da violência fora da residência prevaleceu entre as vítimas com idade entre 18 e 59 anos (32,3%). Estas diferenças foram estatisticamente significativas ($p=0,0001$).

Tabela 2. Distribuição das características da violência sofrida pela população atendida na UETC, por faixa etária, no período de 2019 a 2023. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. 2024.

Características	Vulnerável 0 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Valor-p*
	n(%)	n(%)	n(%)	n(%)	
Práticas sexuais					
Sexo oral	29(8,7)	7(12,3)	4(6,2)	0(0)	**
Penetração vaginal	96(28,9)	26(45,6)	41(63,1)	1(50,0)	
Penetração anal	27(8,1)	6(10,5)	13(20,0)	0(0)	
Não usou preservativo	30(9,0)	16(28,1)	16(24,6)	0(0)	
Não houve	155(46,7)	10(17,5)	5(7,7)	1(50,0)	
Não informado	17(5,1)	1(1,8)	10(15,4)	0(0)	
Outras agressões					
Força corporal	30(9,0)	6(10,5)	6(9,2)	2(100,0)	0,0010
Enforcamento	2(0,6)	0(0)	2(3,1)	0(0)	
Ameaça	20(6,0)	7(12,3)	2(3,1)	0(0)	
Outros	0(0)	0(0)	1(1,5)	0(0)	
Não houve	280(84,3)	39(68,4)	34(52,3)	0(0)	
Não informado	0(0)	5(8,8)	20(30,8)	0(0)	
Local da ocorrência					
Residência	126(38,0)	19(33,3)	22(33,8)	2(100,0)	0,0001
Outros	27(8,1)	10(17,5)	21(32,3)	0(0)	
Não informado	179(53,9)	28(49,1)	22(33,8)	0(0)	

* Teste qui-quadrado ou teste G. ** Não foi possível realizar os testes devido à natureza dos dados. Fonte: Banco de dados da UETC.

Quanto ao número de agressores, a tabela 3 indica que foi mais frequente a presença de um agressor, sendo 295 (88,9%) na faixa etária entre zero e 14 anos, seguido de 53 (81,5%) de 18 e 59 anos. E, quanto ao sexo, o agressor do sexo masculino foi prevalente para todas as faixas etárias das vítimas, constatando uma diferença estatisticamente significante ($p=0,0023$).

O vínculo de amigo/conhecido com a vítima na faixa etária entre zero e 14 anos de idade foi identificado para 122 (36,7%) vítimas e 21 (36,8%) entre 15 e 17 anos. No entanto, para a faixa etária entre 18 e 59 anos de idade, o vínculo com a vítima foi o desconhecido, 21 (32,3%). Na faixa etária de 60 anos ou mais, houve um (50%) caso em que o vínculo com a vítima foi o companheiro e um (50%) desconhecido.

Foi constatado uma maior frequência de registros do não uso de drogas para todas as faixas etárias, com diferença estatística ($p=0,0001$). Essa diferença se deu por causa dos 21,5% dos casos de violência na faixa etária entre 18 e 59 anos ter o registro de uso de drogas e para 96,7% de vítimas vulneráveis sem o uso de drogas.

Sobre os casos de suspeita de estupro, a tabela 4 destacou 289 casos, sendo que, 244 (84,5%) ocorreram na faixa etária entre zero e 14 anos. Observou-se que a maioria das vítimas foram do sexo feminino em todas as faixas etárias.

Além disso, foi registrado um caso de assédio sexual, cuja vítima foi do sexo feminino, entre 15 e 17 anos e o agressor menor de idade, do sexo masculino. Foram registrados também dois casos de exploração sexual, com vítimas do sexo feminino, menores de idade e que sofreram abusos sexuais.

Nesses casos, os agressores foram do sexo masculino, para uma vítima o padrasto, para outro, um menor de idade. Não houve relato do uso de drogas em ambos os casos.

Tabela 3. Distribuição das características do agressor e uso de drogas em casos atendidos na UETC por faixa etária, no período de 2019 a 2023. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. 2024.

Características	Vulnerável 0 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Valor-p*
	n(%)	n(%)	n(%)	n(%)	
Número de agressores					
Um	295(88,9)	46(80,7)	53(81,5)	2(100,0)	0,1137
Dois	19(5,7)	5(8,8)	8(12,3)	0(0)	
Três ou mais	0(0)	1(1,8)	2(3,1)	0(0)	
Não informado	18(5,4)	5(8,8)	2(3,1)	0(0)	
Sexo do agressor					
Masculino	322(97,0)	51(89,5)	62(95,4)	2(100,0)	0,0023
Feminino	7(2,1)	0(0)	1(1,5)	0(0)	
Não informado	3(0,9)	6(10,5)	2(3,1)	0(0)	
Vínculo com a vítima					
Companheiro(a)	2(0,6)	2(3,5)	2(3,1)	1(50,0)	**
Pai/mãe	32(9,6)	4(7,0)	1(1,5)	0(0)	
Irmão(a)	7(2,1)	1(1,8)	0(0)	0(0)	
Padrasto/madrasta	60(18,1)	11(19,3)	0(0)	0(0)	
Amigo/conhecido	122(36,7)	21(36,8)	12(18,5)	0(0)	
Ex companheiro(a)	0(0)	1(1,8)	4(6,2)	0(0)	
Desconhecido	18(5,4)	3(5,3)	21(32,3)	1(50,0)	
Menor de idade	40(12)	4(7,0)	0(0)	0(0)	
Vizinho	13(3,9)	2(3,5)	3(4,6)	0(0)	
Não informado	38(11,4)	8(14,0)	22(33,8)	0(0)	
Houve uso de drogas					
Sim	9(2,7)	4(7,0)	14(21,5)	1(50,0)	0,0001
Não	321(96,7)	53(93,0)	50(76,9)	1(50,0)	
Não informado	2(0,6)	0(0)	1(1,5)	0(0)	

* Teste qui-quadrado. Fonte: Banco de dados da UETC.

Tabela 4. Distribuição por faixa etária e sexo, dos casos de suspeita de estupro sofrida pela população atendida na UETC, no período de 2019 a 2023. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. 2024.

Sexo	0 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Valor-p*
	n(%)	n(%)	n(%)	n(%)	
Feminino	203(83,2)	11(84,6)	28(90,3)	1(100,0)	0,6791
Masculino	41(16,8)	2(15,4)	3(9,7)	0(0)	
Total	244(0)	13(0)	31(100,0)	1(100)	

* Teste qui-quadrado. Fonte: banco de dados da UETC.

DISCUSSÃO

Os dados desta investigação indicaram que na maioria das ocorrências de estupro, os casos que envolveram a faixa etária considerada vulnerável se destacaram. Esses dados foram semelhantes à pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que demonstrou que a incidência do estupro de vulnerável representa a maioria dos casos no Brasil. Assim como mostrou esta pesquisa, por mais que a violência sexual recaia sobre ambos os sexos, as vítimas do sexo feminino possuem a maior

incidência. E, esses números se tornam ainda maiores quando se trata de vítimas menores, apontando que as mulheres mais jovens se encontram mais expostas ao risco de sofrer uma agressão.⁹

No estado do Pará, em 2023, ao contabilizar o número de casos registrados de crimes sexuais contra as crianças e os adolescentes, constatou-se a predominância do sexo feminino, com 88,39%.¹⁰ Do mesmo modo, na pesquisa em um município goiano, entre os anos de 2017 e 2020, foi evidenciado que a faixa etária entre dois e 10 anos foi mais prevalente, cujas vítimas também foram do sexo feminino.¹¹

As notificações feitas por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2019 a 2023, reforçaram, ainda mais, que as meninas e as mulheres sofrem mais a violência sexual, visto que foram registrados 200.084 casos de violência contra as crianças e os adolescentes e destes, 87,17% eram do sexo feminino, ou seja, as meninas sofreram cerca de sete vezes mais abusos comparado aos meninos.¹²

Em regiões de fronteira, as mulheres estão mais expostas aos riscos devido às diferenças entre as legislações e as estruturas governamentais dos países vizinhos. Esses fatores, somado ao afastamento dos centros de decisão, à precariedade econômica e à falta de informação sobre seus direitos, agravaram ainda mais sua situação.⁷

A análise do perfil das vítimas desta pesquisa indicou que no local e no período estudado, para a maioria não foi registrado se as vítimas possuíam algum tipo de deficiência ou não. Um estudo com os casos de violência notificados em serviços de saúde brasileiros entre 2011 e 2017 mostrou que de 1.429.931 casos de violência interpessoal ou autoprovocadas no país, 8,1% das vítimas tinham deficiência.¹³

Esse baixo número de registros no banco de dados, tanto de vítimas com algum tipo de deficiência, quanto sem, demonstra um baixo índice de notificações, que pode ser explicado por uma falha na comunicação, pela dependência das vítimas em relação aos seus familiares/cuidadores, pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, entre outros impedimentos. Esses fatores podem justificar uma possível subnotificação.¹³

Em relação à raça, verificou-se a prevalência de vítimas brancas, com maior incidência na faixa etária entre zero e 14 anos. Esse fato pode ser explicado devido ao município de pesquisa ter uma população predominantemente branca.¹⁴ Um estudo que incluiu todas as regiões do Brasil, indicou que em 2020, período da pandemia da COVID-19, o perfil racial das vítimas mais acometido foi negro, com 50,7%.¹⁵

Ao considerar que o público mais atingido nesta pesquisa foram as crianças e os adolescentes, uma comparação com o relatório divulgado recentemente pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrou um panorama da violência letal e sexual contra as crianças e os adolescentes no Brasil, entre 2021 e 2023, cujo perfil étnico racial das vítimas apresentou uma distribuição proporcional entre as vítimas brancas e negras. Na faixa etária entre zero e quatro anos de idade, as vítimas brancas chegaram a 53,9%, já as negras, em sua maioria entre os 10 e 14 anos de idade (55,4%).¹⁶

Quanto à situação conjugal, muito embora houve a incompletude dessa informação neste estudo, a maioria dos casos registrados foi de solteiro(a). Dados apontados na pesquisa também conduzida em Foz do Iguaçu (PR), mostrou que para 59,2% a situação conjugal das vítimas não foi informada, seguido por vítimas solteiras com 36,6% dos casos.¹⁷ Pode-se inferir que esta informação não é relevante para os órgãos investigativos. Um estudo realizado na Bélgica associou a presença de um companheiro à diminuição do risco de ser vítima de violência sexual, em comparação ao público que não possuía parceiro fixo.¹⁸ Além disso, essa associação pode indicar que a falta de vínculo afetivo é um fator que pode encorajar a denúncia.¹⁹

Uma pesquisa realizada em João Pessoa (PB), em 2020, descreveu resultados semelhantes a este estudo sobre o autor dos abusos, que tende a ser alguém do sexo masculino e conhecido pela vítima,

podendo ser algum familiar, amigo, vizinho ou conhecido. Tal fato pode ser explicado pela estruturação de poder desigual e a autoridade imposta perante as vítimas, além de suas ações serem minimizadas por normas sociais.²⁰

Em outra pesquisa realizada em Terezina (PI), identificou que os agressores de violência sexual que foram ou são do vínculo intradomiciliar da vítima, somam 59,2% dos registros,²¹ diferentemente de um estudo de Araraquara (SP), de 2018, que constatou que o agressor foi desconhecido da vítima (31,39%).²²

Outra característica do agressor que chama a atenção, se refere à sua idade, visto que, casos praticados por menores de idade vêm aumentando nas estatísticas. Um estudo indicou que entre os casos de violência sexual estudados, para 8,7% o agressor tinha entre 11 e 20 anos de idade,²¹ dados que corroboram com este estudo, visto que, foram constatados 12% de agressores com idade inferior a 18 anos. Importante apontar que as crianças não possuem um desenvolvimento que lhes permite compreender a sexualidade e seus corpos, ainda em crescimento, não estão preparados para receber qualquer ato de cunho sexual.²² A mesma autora também citou que muitos agressores cometeram o primeiro ato violento antes dos 16 anos, e isso mostra que crianças mais velhas podem agredir sexualmente outras crianças.²²

É possível que adolescentes abusadores também tenham sido vítimas de violência sexual e em determinados casos, a criança ou adolescente tende a repetir o ato com outras crianças, apresentando atitudes sexuais incoerentes com a sua idade.²³ Na violência cometida tanto por menores de idade, quanto por adultos, a característica principal da vítima envolve uma idade cronológica e maturidade inferior, desse modo, essas vítimas não conseguem impedir ou denunciar o abuso.²³

O local das ocorrências predominante nesta pesquisa foi a própria residência. Este fato pode estar associado ao vínculo que as vítimas possuem com seus agressores, que em sua maioria, é um familiar ou conhecido. Corrobora com esta informação, uma pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2018 que destacou que a própria residência foi o local do abuso para 56,4% das vítimas, independentemente do grupo etário.²⁴ Ele se observa nos dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública,²⁵ onde o local em que mais ocorreu estupro ou estupro de vulnerável no Brasil, em 2023, foi a residência familiar, somando 61,7%, seguido da via pública, 12,9% dos casos.

A penetração vaginal foi a forma de violência sexual considerada alta em todas as faixas etárias, associada à violência física concomitantemente. Esses dados convergem com o estudo que citou que em 63,8% os homens, autores da violência sexual, relataram a penetração como a mais praticada por eles, não especificando se vaginal, anal ou oral. Ao mencionar as mulheres autoras de agressões sexuais (51%), essas descreveram seus atos como penetração com objetos, penetração sem especificação, sexo oral, carícias e beijos. Ambos descreveram que a violência sexual foi acompanhada de violência física ou uso de força corporal contra a vítima.²⁶

Em relação ao número de agressores, nesta pesquisa, foi constatado um agressor, para vítimas de todas as faixas etárias, dados corroborados por outro estudo, que descreveu que muitos casos de violência sexual são perpetrados por um único agressor.²⁷

Para a realidade estudada, não houve o uso de drogas relacionado à violência sexual, contudo, foi evidenciado a partir de uma coleta de dados entre 2018 e 2019 na Atenção Primária à Saúde, que o uso de álcool e drogas está frequentemente associado aos atos violentos e acabam contribuindo para que aconteçam.²⁸ Esse dado contrasta com o cenário do município pesquisado, localizado em uma região de tríplice fronteira, onde o alto índice de consumo e dependência de drogas, aliado ao tráfico de drogas, é um dos fatores determinantes para a elevada violência urbana.²⁹

Não foram observados muitos casos de assédio e exploração sexual, mesmo assim, essa informação evidencia um grave problema social que ainda se faz presente e que pode inclusive estar

sendo subnotificado. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública²⁵ indicou um total de 1.040 casos de assédio e importunação sexual durante o ano de 2023 no estado do Paraná, Brasil. A análise de apenas dois casos de exploração sexual e um de assédio colocam em dúvida o alcance e a eficácia dos sistemas de identificação e os registros de casos. No que se refere à população vulnerável, foram identificados dois casos de exploração sexual na faixa etária entre zero e quatro anos, quatro de cinco e nove anos, 30 casos entre 10 e 13 anos e 81 na faixa etária entre 14 e 17 anos.

Conforme demonstrado em uma revisão bibliográfica é possível que o número reduzido de casos possa estar relacionado às barreiras encontradas para as notificações, como o despreparo dos profissionais que realizam as notificações, o medo da denúncia diante de um agressor conhecido e a falta de sistematização das informações. Ainda, essa subnotificação pode distorcer a real dimensão da violência sexual, prejudicando as ações para prevenir a violência, sobretudo, aos grupos mais vulneráveis.³⁰

Os casos de suspeita de abuso foram assim classificados devido à falta ou inexistência de informações adequadas no banco de dados da polícia científica. Tais informações são necessárias para identificar os pontos prioritários que merecem atenção de órgãos públicos, bem como das políticas de saúde. Esses dados incluem: raça/etnia da vítima, autor da violência, local da ocorrência, idade e sexo da vítima.

Diante do exposto, se evidencia a complexidade e gravidade da violência sexual, sobretudo, contra as crianças e os adolescentes, o que demonstra uma maior vulnerabilidade diante dos agressores, comparado aos demais segmentos. O alto índice de subnotificação juntamente com a incompletude dos registros, dificulta o entendimento sobre a real dimensão do problema.

Assim, se reforça a necessidade do aprimoramento dos sistemas de notificação, uma vez que, eles colaboram nos registros e na implementação de políticas públicas. Ainda, capacitações de profissionais da área da saúde e da segurança pública, bem como o fortalecimento das ações destinadas à prevenção da violência e ao acolhimento das vítimas. A ampliação do debate sobre a violência sexual aliada à implementação de estratégias efetivas assegura mais proteção às vítimas e contribui com a redução da impunidade para os agressores.

Por fim, a violência sexual representa uma violação dos direitos humanos, pois afeta a saúde física e mental das vítimas, causa impacto no bem-estar individual e coletivo. Nesse contexto, a promoção da saúde deve ser considerada o eixo central das ações, para fomentar as estratégias de prevenção e o enfrentamento mais abrangente, por meio da conscientização de toda a sociedade, fortalecimento da rede de apoio, educação para a saúde e o acolhimento das vítimas de forma integrada e humanizada. Para isso, é essencial os esforços conjuntos e integrados para reduzir de fato a violência em todo o globo.

CONCLUSÃO

Os resultados demonstraram um cenário de violência sexual no município de Foz do Iguaçu (PR), sendo que, as vítimas foram principalmente crianças e adolescentes, em especial as meninas brancas. A prevalência de casos com envolvimento de um agressor, conhecido pela vítima e a predominância do ambiente doméstico como local da agressão, demonstrou a vulnerabilidade das vítimas em contextos familiares e sociais. Estes fatos expõem a complexidade do crime e reforça a necessidade e a importância de políticas públicas voltadas à prevenção, identificação e intervenção rápida de casos, buscando promover o rompimento desse ciclo de violência.

Portanto, torna-se relevante que os profissionais da área da saúde e da segurança sejam capacitados para atuarem no momento de acolhimento, coleta de dados e atendimento às vítimas, uma vez que sem o apoio adequado, dificilmente as informações serão repassadas de forma completa e, consequentemente, muitas ações se tornarão fragmentadas e pouco resolutivas.

A incompletude das informações no banco de dados do UETC e no Sistema GDL da Polícia Científica do Paraná pode ter destacado uma fragilidade dos sistemas de registro e atendimentos às vítimas, limitando a compreensão da verdadeira magnitude da violência sexual e dificultando a elaboração de políticas públicas mais abrangentes e eficazes.

Outra questão importante se refere à pesquisa ter sido conduzida em Foz do Iguaçu (PR), um município de tríplice fronteira. A implementação de políticas públicas deve considerar as particularidades desse território, que inclui muitos indivíduos que atravessam a fronteira diariamente, isso pode influenciar as ações e aumentar os desafios no combate à violência sexual, sobretudo, aos segmentos mais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes. Desse modo, é essencial a articulação dos diferentes setores – saúde, segurança, assistência social, educação e gestão, para garantir um atendimento mais qualificado e com uma estrutura de proteção mais eficaz para as vítimas em região de fronteira.

Recomenda-se que as futuras pesquisas aprofundem essa temática, analisando a relação entre a incidência da violência sexual e a efetividade das políticas públicas, com um olhar atento às regiões mais vulneráveis de fronteira.

Como limitação deste estudo, aponta-se para a falta de dados sobre a escolaridade, renda das vítimas e o desfecho do agravo nos registros analisados. Embora esses dados estejam previstos nos formulários de notificação e serem fundamentais para a caracterização do perfil sociodemográfico, não foi possível analisá-los, visto a inconsistência no preenchimento desses registros.

A ausência desses dados pode ter comprometido uma análise mais detalhada sobre a relação entre os fatores sociodemográficos e a ocorrência de violência sexual, limitando a compreensão do contexto das vítimas, bem como, dificultando o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a prevenção e a assistência. Assim, é fundamental sensibilizar e capacitar os profissionais responsáveis pela coleta e o preenchimento desses dados, assegurando os registros mais completos e confiáveis que possam embasar as ações estratégicas ao combate à violência sexual.

REFERÊNCIAS

1. Rocha JS, Mesquita ER, Pinto VB. Violência sexual em mulheres a partir de 10 anos e perfil da autoria no Pará entre 2017- 2021. Rev. Cereus [Internet]. 2024 [citado 2025 fev 7];16(1):231-43. <https://doi.org/10.18605/2175-7275/cereus.v16n1p231-243>
2. Minayo MC. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. Rev Bras Educ Med [Internet]. 2005 [citado 2025 fev 8];29(1):55-63. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v29.1-009>
3. Brasil. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília (DF); 10 ago 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 5 fev 2025.
4. Brasil. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 5 jan 2025,

5. UNICEF Brasil. Mais de 370 milhões de meninas e mulheres globalmente foram vítimas de estupro ou abuso sexual. UNICEF. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-370-milhoes-de-meninas-e-mulheres-globalmente-foram-vitimas-de-estupro-ou-abuso-sexual>. Acesso em: 18 jan 2025.
6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 18º Anuário brasileiro de segurança pública. São Paulo: Fórum brasileiro de segurança pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 28 out 2024.
7. Meneghel SN, Danilevich IM, Polidoro M, Plentz LM, Meneghetti BP. Feminicídios em municípios de fronteira no Brasil. Ciênc Saude Colet [Internet]. 2022 [citado 2025 jan 28];27(2):493-502. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.37412020>
8. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos; 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 28 jan 2025.
9. Cerqueira D, Bueno S, coordenadores. Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP; 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031> Acesso em: 10 fev 2025.
10. Pantoja EL, Carmo FW, Souza LC. Violência sexual contra criança e adolescente: perfil das vítimas no estado do Pará. Rev Acad Online [Internet]. 2023 [citado 2025 jan 29];IX(46). <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2023.030>
11. Sousa PL, Rocha AL, Gomes GM, Moreira KD, Silva RR, Silvestre MD, et al. Perfil epidemiológico dos casos de violência sexual em Anápolis - Goiás - Brasil, nos anos 2017 a 2020. Cogitare Enferm [Internet]. 2023 [citado 2025 jan 28];28. <https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.90831>
12. Santos PR, Santos PR, Brandão AP, Andrade MI. Análise do perfil de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil no período de 2019-2023. Rev Ft [Internet]. 2024 [citado 2025 jan 30];28(139):15-6. <https://doi.org/10.69849/revistaft/th102410300928>
13. Mello NFD, Pereira EL, Pereira VODM, Santos LMP. Cases of violence against people with disabilities notified by Brazilian health services, 2011-2017. Epidemiol Serv Saude [Internet]. 2021 [citado 2025 jan 20];30:e2020747. <https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000300007>
14. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: Resultados Preliminares da População. Rio de Janeiro: IBGE; 2022.
15. Bohnenberger M, Bueno S. Os registros de violência sexual durante a pandemia de COVID-19. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021 [citado 2025 fev 5];13:110-1. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>.
16. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: (2021-2023) [Internet]. São Paulo: UNICEF Brasil; 2024. [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf.pdf). Acesso em: 5 fev 2025.
17. Santos CC, Mercedes PC, Martins W, Strada CD. Análise epidemiológica das fichas de notificação de mulheres vítimas de violência no município de Foz do Iguaçu. Rev Eletronica Acervo Enferm [Internet]. 2021 [citado 2025 fev 1];15:e9252. <https://doi.org/10.25248/reaenf.e9252.2021>
18. Schapansky E, Depraetere J, Keygnaert I, Vandeviver C. Prevalence and associated factors of sexual victimization: findings from a national representative sample of Belgian adults aged 16-69. Int J Environ Res Public Health [Internet]. 2021 [citado 2025 mar 25];18(14):7360. <https://doi.org/10.3390/ijerph18147360>
19. Fiorotti KF, Pedroso MR, Leite FM. Análise dos casos notificados de violência sexual contra a população adulta. Acta Paul Enferm [Internet]. 2022 [citado 2025 mar 20];35. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022ao018466>
20. Lucena MBN. Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público. Brasil; 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/17171> Acesso em: 5 fev 2025.

21. Rosal IP, Albuquerque LD, Silva WC. Efeitos da pandemia de Covid-19 na incidência de atendimentos prestados a pacientes vítimas de violência sexual em um hospital de referência de Teresina- PI. *Res Soc Dev* [Internet]. 2023 [citado 2025 fev 1];12(5):e0612541426. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i5.41426>
22. Sottomayor MC. Abuso sexual de crianças por adolescentes inimputáveis em razão da idade: um desafio ao processo tutelar educativo. In: Oliveira G (Coord.) - *Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 501-21. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/20184>
23. Silva ACA, Lins MRSW. Quando crianças abusam de outras crianças. *Rev Psicol Foco* [Internet]. 2013 [citado 2025 fev 2];5(6):48-65. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1117>
24. Casini ID, Andrade BD, Fonseca GG, Passos TS, Torres RC, Bernardo LP, et al. Violência sexual: análise epidemiológica entre os anos de 2010 a 2018. *Braz J Health Rev* [Internet]. 2021 [citado 2025 fev 8];4(5):22136-51. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n5-312>
25. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. 18ª ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2024.
26. Locatelli TZ, Vieira GG, Lindner SR, Warmling D, Bolsoni C, Coelho EB. Características de homens e mulheres autores de violência sexual: uma revisão de escopo. *Res Soc Dev* [Internet]. 2023 [citado 2025 fev 8];12(4):e10812440375. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40375>
27. Santos CA, Moura MA, Orfão NH, Queiroz AB, Parmejiani EP, Paredes HD. Violência sexual perpetrada na adolescência e fase adulta: análise dos casos notificados na capital de Rondônia. *Esc Anna Nery* [Internet]. 2022 [citado 2025 fev 3];26. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0405pt>
28. Silva VG, Ribeiro PM. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. *Esc Anna Nery* [Internet]. 2020 [citado 2025 fev 3];24(4). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0371>
29. Oliveira SP, Oliveira GB. Vulnerabilidades às drogas na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. *Rev Carib Cienc Soc* [Internet]. 2020 [citado 2025 mar 25]. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/12/vulnerabilidades-drogas.html>
30. Aleluia ED, Carvalho ML, Bomfim VV, Dias MA, Leal VD, Almeida AO, et al. Repercussões do abuso e exploração sexual na criança e adolescente e a importância da qualificação da enfermagem frente aos casos: revisão narrativa. *Rev Eletronica Acervo Saude* [Internet]. 2020 [citado 2025 fev 5];(52):e3617. <https://doi.org/10.25248/reas.e3617.2020>